

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – IPADES**

DESTAQUES IPADES

Outubro 2017

PRIVAÇÃO DO SONO PODE CONSUMIR O CÉREBRO

A sociedade atual, complexa e com dinamismo crescente, está restringindo o tempo de sono. Isto não é biologicamente normal e, portanto, merece uma alerta: privação do sono pode contribuir para a autodestruição do cérebro. Ao menos é o que sugere um experimento com camundongos feito na Universidade de Wisconsin, Estados Unidos, e na Universidade Politécnica de Marche, Itália.

O trabalho indica que deixar o sono de lado causa um aumento na atividade dos astrócitos, células do cérebro responsáveis por remover conexões (sinapses) desnecessárias e tornar os circuitos mais eficientes. Essa faxina cerebral ocorre normalmente durante o sono. (É o que informa o *Jornal of Neuroscience* de 24 de maio).

No estudo, quando os animais dormiam o suficiente, foi constatado que 6% das sinapses foram removidas. Esse nível de limpeza é considerado saudável. O índice subia para 8% quando os camundongos eram mantidos acordados por mais oito horas e 13% se a privação de sono se tornava crônica e drástica e se prolongava por cinco dias seguidos.

A conclusão geral do estudo é de que a faxina exagerada de sinapses em razão de um período estendido de vigília pode causar danos cerebrais. Outros trabalhos já apontaram malefícios decorrentes da privação crônica de sono no funcionamento de outras células, como as micróglia, responsáveis pelo sistema de defesa imunológica do cérebro.

Dormir pouco faria com que as micróglia alterassem seu regime de trabalho, um distúrbio que poderia estar associado ao desenvolvimento de demências, como a doença de Alzheimer.

Por mais complexa e ativa que seja a sociedade moderna, pelo desenvolvimento exponencial que a ciência tem alcançado e pelo aumento da renda per capita que o desenvolvimento econômico tem proporcionado o homem não pode esquecer que sua base é biológica, que ele está inserido num sistema ecológico e que leis naturais também o regem. Prudência e humildade não fazem mal, pelo contrário, demonstram sabedoria.

DESEQUILÍBRIO FISCAL DEVERÁ PIORAR

O governo Temer, com curta duração, tem como maior desafio o equilíbrio das contas públicas, ou seja, a política fiscal. Com uma equipe econômica profissional começou a obter resultados que iniciaram uma reversão do quadro de recessão que o país vive desde 2105.

Sob essa perspectiva, a queda da inflação abriu espaço para a flexibilização da política monetária ao longo dos últimos meses. Com isso, a tendência da taxa básica de juros – Selic – é de novas quedas até o final do ano, devendo fechar em um dígito.

A dinâmica positiva imposta pela política econômica atual levou a uma restauração de confiança dos agentes econômicas, com uma perspectiva – ainda que tênue – de retomada do consumo das famílias e dos investimentos produtivos.

Com isto, a demanda agregada brasileira, que registrou queda contínua desde o fim de 2014, tem dado sinais de acomodação, ensejando uma recuperação nos próximos semestres, Assim, mesmo que a economia brasileira não exiba crescimento em 2017, a tendência de retomada no ano que vem encontra-se no horizonte.

Mas, como diz Carlos Drumond de Andrade (1902-1987), em seu poema: “No Meio do Caminho Tinha Uma Pedra”. Para o governo Temer, e conseqüentemente para a aprovação das reformas propostas pela política econômica, essa pedra é um fato. Trata-se do que popularmente é denominado de Joesly’s day, ou seja o áudio que mostra a conversa, nada republicana do presidente da República com o empresário Joesly Batista, do grupo JBS, tornada pública em 14.05.2017. Um fato de grande repercussão política que alterou drasticamente esta agenda.

Ele mudou o curso das reformas econômicas. Duas denúncias do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, mudaram a rotina e ambiente político na Câmara dos Deputados, que passou a tratar das mesmas, ao passo que o governo priorizou a

defesa do presidente, para que essas denúncias não fossem aprovadas pelos deputados, e conseqüentemente enviadas para julgamento no Supremo Tribunal Federal.

Mesmo nesse quadro de incertezas e degradação moral do quadro político, do ponto de vista das contas externas, a posição brasileira é confortável ante o saldo comercial positivo e o volume de reservas internacionais. Reflexo disso é o fato de que o país enfrenta uma grave crise política e não se verificou, até o momento, uma fuga de capitais (nas crises da segunda metade da década de 1990 e do início da década passada, isso era uma constante).

Mas não deve haver ilusões, se o quadro político não mudar e a política econômica não continuar no rumo certo, colocando a política fiscal como prioritária, o país declinará para crise de perspectivas imprevisíveis.

CIÊNCIA SEM FRONTEIRA: EXPERIÊNCIA ENCERRADA

O programa de intercâmbio Ciência sem Fronteiras (CsF), que concedeu, entre 2011 e 2016, quase 104 mil bolsas, sendo 78,9 mil delas de graduação sanduiche no exterior foi encerrado. O Ministério da Educação continuará financiando bolsas em universidades e instituições de pesquisa do exterior para estudantes de pós-graduação e estagiários de pós-doutorado, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Dados compilados pela Capes mostram que, entre 2011 e 2017, o CsF investiu R\$ 13,2 bilhões, montante que deve se aproximar dos R\$ 15 bilhões até 2020, quando se encerrarem todas as bolsas vigentes. Para se ter uma dimensão, a cifra de R\$ 13,2 bilhões é mais de 15 vezes maior do que o orçamento empenhado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) em 2016.

Apresentado pelo governo federal como uma estratégia para internacionalizar a ciência brasileira, o CsF, a princípio, foi bem recebido por setores da comunidade científica, diante da promessa de que haveria dinheiro novo para financiá-lo. Mas isso não ocorreu, na prática, o programa acabou absorvendo parcela importante do orçamento federal aplicado em educação, ciência, tecnologia e inovação em 2015, sendo responsável por 50% do orçamento da Capes, empregando 75% dos recursos do Programa de Apoio à Pós-graduação (Proap) e do Programa de Excelência Acadêmica (Proex).

Em termos de análise econômica houve desvio de finalidade, pois o dinheiro novo não apareceu, e quem financiou foram programas de pós-graduação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), programas que não têm por finalidade financiar a graduação. Pode-se acrescentar que o desvio de finalidade não ocorreu apenas nas rubricas financeiras, mas também na sua concepção, ou seja, um programa de cunho político com a aparência científica.

O descontrole não ocorria apenas no financiamento, não havia avaliação do impacto desse investimento, é o que afirma a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, pois: “internacionalizar a ciência requer uma estratégia elaborada e de longo prazo e em nenhum país do mundo se baseia só em mandar alunos de graduação para o exterior”.

O programa foi mal planejado, e com gestão ineficiente, enviou estudantes para universidades no exterior de qualidade inferior á das que estudavam no Brasil. A Capes prepara um novo programa para suceder o CsF. A ideia é que cada universidade identifique suas principais competências e a possibilidade de aperfeiçoá-las por meio de colaborações com instituições do exterior.